



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais
Unidade de Análise de Demandas de Órgãos de Controle

Nota Técnica N.º 41/2021 - CACI/SPG/UDOC

Brasília-DF, 13 de abril de 2021.

SUJEITO A PRAZO

Processo: 00600-00008695/2020-51

Interessado: Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

Assunto: Ofício nº 10370/2020-GP. Decisão nº 4811/2020. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Gestão das Unidades de Conservação Ambiental – UCs.

Senhor Subsecretário,

RELATÓRIO

Trata-se do Ofício nº 10370/2020-GP (50787492), no qual o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresenta a Decisão nº 4811/2020 (50964231), proferida nos autos do Processo 18912/2011-e, em tramite no Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e que trata sobre auditoria operacional realizada no Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, para verificar a gestão das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, no que concerne aos aspectos de implementação, de fiscalização e de proteção de patrimônio do Instituto.

Nesse sentido, cabe trazer à baila a Decisão nº 4811/2020. Vejamos:

“(…)

III. determinar à Caci/DF:

a) com espeque no art. 18, incisos VIII e XIII, do Decreto Distrital n.º 39.610/2019, que continue a adotar as medidas necessárias para que haja a definição formal da localização, da dimensão e dos limites das Unidades de Conservação Ambiental - UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei Federal n.º 9.985/2000 e do art. 2º do Decreto Federal n.º 4.340/2002, e a regularização fundiária dessas unidades, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei Federal n.º 9.985/2000 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar Distrital n.º 827/2010, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo o Tribunal ser informado quanto às providências tomadas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

b) que disponibilize a esta Corte todos os documentos mencionados nos esclarecimentos prestados ao Tribunal ou

insira tabela indicando os respectivos códigos verificador e CRC;
(...)"

Os autos vieram a esta Unidade de Análise de Demandas de Órgãos de Controle, por meio do Despacho - CACI/GAB/ASSESP (50793757), que se manifestou nos termos da Nota Técnica N.º 29/2020 - CACI/SPG/UDOC (51265813).

Objetivando atender à Decisão supra, o presente processo foi encaminhado à Companhia Imobiliária de Brasília -TERRACAP, por intermédio do Ofício Nº 1086/2020 - CACI/GAB (51492199) e ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, com vistas à Comissão Interdisciplinar-CIUC/DF, responsável por implantar as Unidades de Conservação - Ucs do Distrito Federal, por intermédio do Despacho - CACI/GAB (51491522), solicitando informações sobre as medidas que estão sendo adotadas pelos órgãos envolvidos na execução do Plano de Consolidação das Unidades de Conservação, objetivando subsidiar a elaboração da resposta do Exmo. Governador à Corte de Contas.

Após trâmite e manifestação das Pastas demandadas, retornam os autos a esta Unidade de Análise de Demandas de Órgãos de Controle - UDOC, com as manifestações das áreas técnicas.

É o relatório.

ANÁLISE

Em atendimento ao Ofício Nº 1086/2020 - CACI/GAB (51492199) e ao Despacho - CACI/GAB (51491522), retornaram os autos à UDOC, com o encaminhamento de manifestação da Companhia Imobiliária de Brasília -TERRACAP, mediante Ofício Nº 958/2020 - TERRACAP/PRESI/GABIN (52099365) e do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, mediante Ofício Nº 46/2021 - IBRAM/PRESI (54066519).

A **TERRACAP**, pelo Ofício Nº 958/2020 - TERRACAP/PRESI/GABIN (52099365), informou o seguinte:

"(...)

Após regular trâmite pelas áreas técnicas desta empresa pública, a Diretoria Técnica elaborou o Despacho - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (52011349), compilando as informações e fatos relevantes à demanda, com destaque à observação de que "as medidas adotadas pela TERRACAP e tratativas junto ao órgão ambiental estão instruídas nos processos SEI 00111-00002756/2018-19 e 00002-00001375/2019-59."

(...)"

O **Despacho - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (52011349)**, remete às informações do NUANF (51826095) e do NUAMB (51877075) informando que, em complementação ao Despacho (51826095), as medidas adotadas pela TERRACAP e tratativas junto ao órgão ambiental.

Por sua vez, o **Despacho - TERRACAP/DICOM/GETOP/NUANF (51826095)**, informa o seguinte:

“Informa-se que este núcleo já vem trabalhando a respeito da regularização fundiária e transferência de titularidade das Unidades de Conservação ao governo do Distrito Federal tendo participado de várias reuniões em 2018 e 2019 (processo SEI nº 00002-00001375/2019-59), com base em outra solicitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal no processo SEI nº 00111-00002756/2018-19 na qual foi elaborado uma listagem prioritária contendo 20 unidades iniciais (21449241) nas quais estamos trabalhando para atender à solicitação inicial.

Infelizmente devido a pandemia instaurada neste ano de 2020, nossos esforços foram estagnados, pois ficamos impossibilitados de algumas ações e procedimentos que estávamos executando, como exemplo nos trabalhos de campo para georreferenciamento, também destacamos que estamos com grandes dificuldades em relação a obtenção de documentação junto ao INCRA (CCIR) e Receita Federal (ITR/NIRF), o que atrasa sensivelmente nossa evolução para cumprir cronogramas e prazos.

Incluímos em anexo a listagem das 20 unidades de conservação que continuamos trabalhando no momento e seu status (51822426), algumas estão até em estado adiantado onde finalizamos os trabalhos técnicos e depende agora de decisões administrativas da direção da empresa para prosseguimento. Ficamos também a disposição para estabelecer novas inclusões de outras unidades ou mesmo estabelecer prioridades.”

Já o **Despacho - TERRACAP/DITEC/GEMAM/NUAMB (51877075)** se limita a informar que *“as medidas adotadas pela Terracap e tratativas junto ao órgão ambiental estão instruídas nos processos SEI 00111-00002756/2018-19 e 00002-00001375/2019-59.”*

O **Processo SEI nº 00111-00002756/2018-19**, trata da Decisão n.º 1282/2018, do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, sobre as providências a serem adotadas - por órgãos e entes públicos - para regularização fundiária das unidades de conservação do Distrito Federal.

Essa decisão reporta-se à Decisão n.º 652/2013 (6934306) daquele Tribunal, que atribuiu à TERRACAP o cumprimento do *“Item II.b1 - Providencie a transferência da titularidade das áreas das UCs já regularizadas para o Governo do Distrito Federal (achado 4)”* e em resposta, foi elaborado o Ofício SEI-GDF Nº 96/2018 - TERRACAP/PRESI/COINT/DIAUD (10048334), encaminhando o RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DA DECISÃO Nº 1282/2018 (10037043), no qual constam as providências adotadas para o cumprimento da referida Decisão, no que tange aos assuntos que envolvem àquela Companhia.

O **RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DA DECISÃO Nº 1282/2018** (10037043) apresenta as Unidades de Conservação já regularizadas e que tiveram suas

titularidades transferidas ao Governo do Distrito Federal, traz informações sobre a transferência de titularidade das unidades de conservação e informa que a procederá a transferência ao longo dos anos, de outras unidades de conservação, cuja titularidade está baseada em procedimentos internos, que se encontram condicionados ao tempo de resposta de órgãos externos, sendo que, por esse motivo, poderá haver dilação no prazo, que será devidamente justificado.

Por fim, informa que há intenção de efetuar os ajustes necessários nas poligonais para acertamentos urbanísticos, de parques e unidades de conservação que serão objetos dos planos de manejo, em conformidade com termos de compromisso de compensações ambientais dos empreendimentos da Terracap e encaminha listagem com a relação das Unidades de Conservação que serão objeto de transferência de titularidade nos próximos 12 meses.

O **Processo SEI nº 00002-00001375/2019-59**, trata da Decisão nº 345/2019, proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), no âmbito do processo nº 18912/2011, que trata da análise do cumprimento das diligências contidas nas Decisões nº 652/2013 e 1282/2018 pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – Ibram e pelo Jardim Botânico de Brasília – JBB e em resposta foi elaborado o Ofício SEI-GDF Nº 712/2019 - CACI/GAB (24639965) encaminhando manifestação da Subsecretaria de Políticas Públicas, por meio da Nota Técnica 22 (23974369) e respectivos anexos, informando que foi elaborado diagnóstico da situação de cada Unidade de Conservação, buscando priorizar a regularização de 11 UCs pelo critério das demandas já judicializadas e daquelas localizadas na Orla do Lago Paranoá, tendo em vista a criação do Grupo de Trabalho constituído pelo Senhor Governador do Distrito Federal, no Decreto nº 39.721, de 19 de março de 2019, para tratar das questões relacionadas ao Projeto Orla e ao Plano Urbanístico de Uso e Ocupação da Orla do Lago Paranoá - Materplan.

Além disso, informa que foi elaborado Plano de Ação pelo IBRAM contendo ações, responsáveis, medidas necessárias para implantação das ações e prazos para cumprimento (23974184).

Por sua vez, o **IBRAM**, pelo Ofício Nº 46/2021 - IBRAM/PRESI (54066519), informa e requer o seguinte:

“(…)

Conforme apresentado na Nota Técnica N.º 29/2020 - CACI/SPG/UDOC (51265813), observa-se que há necessidade de informações desse Brasília Ambiental acerca das medidas que estão sendo adotadas pela Comissão Interdisciplinar-CIUC/DF, responsável por implantar as Unidades de Conservação - UCs do Distrito Federal, para execução do Plano de Consolidação das Unidades de Conservação, nos termos solicitados na Decisão TCDF nº 4811/2020.

Ocorre que as mesmas informações foram encaminhadas pelo próprio Tribunal de Contas do DF ao Brasília Ambiental, conforme consta no processo [00600-00008693/2020-62](#) em análise neste

Instituto e no referido processo o Tribunal nos concedeu o prazo de 03 de maio de 2021 para apresentação do supracitado plano.

Diante do exposto e tendo em vista a complexidade da matéria, que requer um trabalho minucioso de compilação de dados, bem como a realização de reuniões de alinhamento institucional e interinstitucional, visto envolver inclusive, a Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, solicita-se dilação de prazo para o mais próximo possível do dia 03 de maio de 2021, prazo concedido pela Decisão nº 4811/2020 no processo [00600-00008693/2020-62](#) (51078924), que responderemos sobre o mesmo assunto ao próprio TCDF.
(...)"

Assim, os autos retornaram a esta Unidade de Análise de Demandas de Órgãos de Controle, por meio do Despacho - CACI/GAB/ASSESP (54118259), que se manifestou nos termos do Despacho - CACI/SPG/UDOC (55068375), sugerindo reenvio do presente processo ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, com vistas à Comissão Interdisciplinar-CIUC/DF, responsável por implantar as Unidades de Conservação - Ucs do Distrito Federal, concedendo novo prazo para cumprir integralmente as determinações precedentes.

Com isso, por meio do Despacho - CACI/GAB (55346532) o processo retornou ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, com vistas à Comissão Interdisciplinar-CIUC/DF, que se manifestou pelo Ofício Nº 649/2021 - IBRAM/PRESI (59433168), informando o seguinte:

"Após trâmite nas áreas técnicas deste Instituto, encaminhamos as seguintes informações:

Manifestação (58170432);

Cópia do despacho 58126560 (59084409);

Cópia da Manifestação- DIFIS II- 57278198 (59084971);

Cópia do Relatório de Auditoria e Fiscalização - RAF Nº 272/2020 - IBRAM/PRESI/SUFAM/DIFIS-II- 47846458 (59085180);

Cópia da Manifestação- DIFIS III- 57393829 (59085300);

Cópia da manifestação jurídica 45417366 (59085739);

Cópias dos relatórios SUFAM e DPCIF (59085907 e 59086104)

Cópia do Plano de Trabalho - IBRAM/PRESI/SUCON/DPCIF- 58740318 (59086290)."

Por sua vez, a **Manifestação 9390 (58170432)**, diz:

“(…)

A IT conclui com a recomendação de que seja dada continuidade à implementação das atividades de que trata o item III da Decisão nº 3466/2019 quais sejam, a definição formal da localização, da dimensão e dos limites das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei Federal nº 9.985/2000 e do art. 2º do Decreto Federal nº 4.340/2002, e a regularização fundiária dessas unidades, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 9.985/2000 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar Distrital nº 827/2010, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo ser este Tribunal informado no prazo de 180 dias quanto às medidas adotadas.

Ressalta que foram citados documentos relativos ao Plano de Atividades de Fiscalização das Unidades de Conservação e ao planejamento de Prevenção e Combate a Incêndios, ambos referentes ao ano de 2020, porém não houve apresentação desses instrumentos, embora tenha havido citação aos respectivos números SEI identificadores, assim solicitou-se às respectivas áreas responsáveis a atualização dos dados.

Quanto à atualização dos dados apresentados ao Tribunal em abril de 2020, em especial à Comissão Interdisciplinar, responsável por implantar as Unidades de Conservação do Distrito Federal CIUC/DF, informa-se que a referida Comissão não está mais ativa, pois foi verificada a necessidade de revisar a metodologia que vinha sendo empregada pela Comissão. Assim, os prazos que foram encaminhados anteriormente devem ser desconsiderados, pois estão desconectados da realidade atual do órgão. No entanto, cabe destacar que o Brasília Ambiental vem enveredando esforços para atender a decisão do Tribunal.

Infortunadamente, durante o ano de 2020, as atividades tiveram que ser adaptadas e adequadas às restrições impostas pelo Governo do Distrito Federal a fim de enfrentar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19. O trabalho foi executado na modalidade de home office e as atividades participativas, consultas públicas, oficinas e reuniões realizadas em ambiente online. Mesmo com as adversidades e a limitações no quadro funcional, os trabalhos obtiveram resultados significativos para o Brasília Ambiental em 2020. Ao longo dos próximos dois a três anos espera-se um apoio nas atividades com a contratação de serviços de consultoria especializada para auxílio aos servidores.

Considerando todos esses aspectos, o planejamento das atividades teve que ser atualizado, considerando o cenário real, no que concerne ao quadro funcional e aos recursos disponíveis. Cabe ressaltar que algumas ações ou a recondução do planejamento podem ser necessárias durante o processo. É fundamental, portanto, o constante monitoramento das atividades que estão sendo realizadas, valorizando os resultados alcançados e analisando as dificuldades encontradas. Esses pontos serão importantes para legitimar e propor melhorias para os próximos

planos.

A seguir apresenta-se as atividades realizadas em 2020, e as planejadas para os anos de 2021 a 2023.

(...)”

Assim, considerando as manifestações das áreas técnicas das Pastas envolvidas em resposta à presente demanda, segue o presente com os esclarecimentos e requerimentos prestados.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, com vistas ao atendimento tempestivo do expediente, sugere-se **o encaminhamento da presente Nota Técnica ao Gabinete desta Casa Civil acompanhada de minuta de resposta** a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, em resposta ao Ofício nº 10370/2020-GP (50787492), que solicita manifestação quanto ao teor da Decisão nº 4811/2020 (**50964231**).

Cíntia Moutinho de Oliveira

Assessora Especial

Karen Rocha

Chefe da Unidade de Análise de Demandas de Órgãos de Controle

De acordo.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete desta Casa Civil para conhecimento do opinativo, acompanhada de minuta de resposta a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, em resposta ao Ofício nº 10370/2020-GP (50787492), que solicita manifestação quanto ao teor da Decisão nº 4811/2020 (50964231).

Raimundo Júnior

Subsecretário de Análise de Políticas Governamentais

Casa Civil

MINUTA

Ao Excelentíssimo Senhor

PAULO TADEU

Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF

NESTA

Assunto: Ofício nº 10370/2020-GP. Decisão nº 4811/2020.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, refiro-me ao Ofício nº 10370/2020-GP (50787492), que apresenta a Decisão nº 4811/2020 (50964231), proferida nos autos do Processo 18912/2011-e, em tramite nesse Tribunal de Contas do Distrito Federal, e que trata sobre auditoria operacional realizada no Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, para verificar a gestão das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, no que concerne aos aspectos de implementação, de fiscalização e de proteção de patrimônio do Instituto.

Preliminarmente, cumpre-me informar que o referido Ofício nº 10370/2020-GP (50787492) foi recebido nesta Casa Civil no dia 13/11/2020. Desta forma, considerando a suspensão da contagem dos prazos no período compreendido entre 16 de dezembro e 14 de janeiro, nos termos do art. 170, do Regimento Interno desta Corte de Contas, o prazo para atendimento à decisão encerra-se em 14/06/2021.

A decisão foi vazada nos seguintes termos:

“(…)

III. determinar à Caci/DF:

a) com espeque no art. 18, incisos VIII e XIII, do Decreto Distrital n.º 39.610/2019, que continue a adotar as medidas necessárias para que haja a definição formal da localização, da dimensão e dos limites das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei Federal n.º 9.985/2000 e do art. 2º do Decreto Federal n.º 4.340/2002, e a regularização fundiária dessas unidades, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei Federal n.º 9.985/2000 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar Distrital n.º 827/2010, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo o Tribunal ser informado quanto às providências tomadas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

b) que disponibilize a esta Corte todos os documentos mencionados nos esclarecimentos prestados ao Tribunal ou insira tabela indicando os respectivos códigos verificador e CRC;

(…)”

Sobre o tema, foram chamadas a ser manifestar a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e o Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.

Em resposta, a TERRACAP, no Ofício nº 958/2020 - TERRACAP/PRESI/GABIN (52099365), ratifica e encaminha as informações prestadas por sua Diretoria Técnica, que elaborou o Despacho - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (52011349), que remete as informações prestadas pelo Núcleo de Análise Fundiária da sua Gerência de Cartografia, Geoprocessamento e Topografia (51826095 e 51826095) e pelo Núcleo de Análise Ambiental da sua Gerência de Meio Ambiente (51877075). Nas referidas manifestações, restou consignado que as medidas adotadas pela Companhia estão sendo feitas nos processos 00111-00002756/2018-19 e 00002-00001375/2019-59.

Em síntese, a TERRACAP esclarece que foi elaborada uma listagem prioritária com 20 unidades de conservação nas quais está trabalhando para atendimento da demanda (21449241), conforme informado no Relatório de Cumprimento da Decisão nº 1282/2018 (10037043) e que, em algumas delas, os trabalhos técnicos já foram finalizados, nos termos constantes do documento 51822426.

Por sua vez, o IBRAM remete as seguintes informações de suas áreas técnicas: manifestação da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água (58170432); despacho da Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento (59084409); manifestação da Diretoria de Fiscalização II (59084971); Relatório de Auditoria e Fiscalização, elaborado pela Diretoria de Fiscalização II (59085180); manifestação da Diretoria de Fiscalização III (59085300); manifestação da Procuradoria Jurídica (59085739); relatórios operacionais da Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento (59085907) e da Diretoria de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (59086104); e o Planejamento de Incêndios Florestais para 2021, elaborado pela Diretoria de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (59086290).

Informo que todos os documentos citados seguem anexos.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

LEONARDO ARAÚJO EMERICK

Chefe de Gabinete [1]

[1] [Portaria nº 3, de 13 de janeiro de 2020](#), que delega competência ao Chefe de Gabinete desta Casa Civil para firmar expedientes, despachos e comunicações para órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal e demais pessoas físicas e jurídicas, salvo os documentos de caráter personalíssimo.





Documento assinado eletronicamente por **KAREN ROCHA LEMOS CAVALCANTE - Matr.1690431-1, Chefe da Unidade de Análise de Demandas de Órgãos de Controle**, em 07/05/2021, às 14:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MOUTINHO DE OLIVEIRA - Matr.1689663-7, Assessor(a) Especial.**, em 07/05/2021, às 15:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **59850994** código CRC= **1899792E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Anexo do Palácio do Buriti - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

[6139611617](#)